

Respostas aos Recursos do Concurso Público da Prefeitura Municipal Itaperuna - RJ

NÍVEL SUPERIOR
DIA 17/11/2024 -VESPERTINO

LÍNGUA PORTUGUESA

CARGOS: **ASSISTENTE SOCIAL / CONTADOR/
TESOUREIRO/ ENGENHEIRO CIVIL/ NUTRICIONISTA**

NÍVEL SUPERIOR

QUESTÃO 02:

PARECER: A orientação para responder a questão é “Leia o texto a seguir”; se este comando for ignorado, a análise da(s) questão(ões) que remetem ao texto, será feita de forma parcial e incompleta por parte do candidato. Feita esta consideração, vamos às opções de respostas:

(A) Incorreta, pois o adjetivo “mesquinho”, refere-se à palavra “mundo”, metaforizada pela palavra moinho, ou seja, o mundo é um moinho; por isso, inclusive o adjetivo está no singular, demonstrando claramente, para quem ler o texto, que mesquinho não se refere a sonhos, o que se configuraria como erro de concordância.

(E) Incorreta, pois não há sujeito indeterminado, visto que aparece no texto a quem a questão se refere o sujeito explícito. Em sintaxe, só é possível se fazer identificação correta da função de um termo, se for considerado todo o contexto em que o termo aparece, por isso a necessidade, reitero, de seguir a orientação “Leia o texto...”. Portanto, pleito indeferido. Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente publicados.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 06:

PARECER: Os quadrinhos não estão numerados porque se trata de uma sequência lógica usada em forma de tirinhas, gênero textual que é parte das histórias em quadrinhos. Nessa situação, ou em qualquer outra que envolva esse gênero textual, não existe registro de numeração dos quadrinhos para guiar o leitor. A compreensão dessa sequência é parte integrante do entendimento do texto. Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente publicados.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 07:

PARECER: “A principal característica da voz reflexiva é que o sujeito gramatical é ao mesmo tempo agente e o paciente da ação, ou seja, o sujeito gramatical ao mesmo tempo pratica e sofre a ação verbal. Além disso – o que é o caso do gabarito dessa questão – a o pronome oblíquo da voz reflexiva pode indicar reciprocidade; passa então a ser considerado um pronome reflexivo recíproco. Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente publicados.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 08:

PARECER: O gabarito marcou a alternativa A "conotativo"; essa afirmação não procede, pois o que está escrito no gabarito (alternativa A) é conativa. Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente publicado.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

**CARGOS: ASSISTENTE SOCIAL / CONTADOR / TESOUREIRO /
ENGENHEIRO CIVIL / NUTRICIONISTA**

NÍVEL SUPERIOR

QUESTÃO 11:

PARECER: Inexiste na questão erro material que dificulte ou impossibilite a compreensão e a identificação da alternativa correta.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 14:

PARECER: Em português, Ctrl + L corresponde exclusivamente a localizar.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 15:

PARECER: Identificado erro material na impressão do caderno de questões que deixou a questão sem alternativas.

QUESTÃO ANULADA

LEI ORGÂNICA

CARGOS: **ASSISTENTE SOCIAL / CONTADOR/ TESOUREIRO /
ENGENHEIRO CIVIL/ NUTRICIONISTA**

NÍVEL SUPERIOR

QUESTÃO 19:

PARECER: De acordo com o art. 145, II da Constituição Federal, as taxas são tributos cobrados pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou em razão do exercício do poder de polícia. A legislação municipal observa essa regra ao instituir as taxas, que têm como característica a cobrança em razão de uma prestação de serviço público ou de um controle administrativo sobre o contribuinte, o que é o caso da aplicação do poder de polícia. Neste prisma, a Alternativa (A), quereferese-se à cobrança de taxas para valorização de imóveis com base em obras públicas, o que se encaixaria mais em uma taxa de melhoria, não é uma definição geral para as taxas. Já a (C), descreve um tributo que parece se referir mais a impostos (especialmente o IPTU ou IR) que são graduados pela capacidade econômica do contribuinte, o que não é a definição das taxas. A alternativa (D) trata de tributos relacionados a serviços de qualquer natureza, mas não se refere especificamente a taxas ou à forma de cobrança de taxas dentro das competências municipais. Por último, a alternativa (E) refere-se à ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), que não tem relação com taxas, mas sim com impostos sobre a transmissão de bens. Portanto, a alternativa (B) é a correta, pois descreve com precisão o conceito de taxas segundo a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: **ASSISTENTE SOCIAL**

NÍVEL SUPERIOR

QUESTÃO 22:

PARECER: O recurso está indeferido, pois:

a) A questão está em plena consonância com o conteúdo programático "formação profissional" prevista no edital.

b) De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a organização curricular deve garantir uma base comum de formação geral compatível com o Ensino Médio. Essa formação é composta por um mínimo de 1.200 horas, complementada pelas horas destinadas à formação técnica específica, totalizando a carga horária prevista para cada curso técnico.

Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 23:

PARECER: A questão foi elaborada em plena consonância com o conteúdo programático "participação social".

Embora mencione o nome de autores, o recurso está desprovido de fundamentação necessária para análise e julgamento do mérito. Ademais, o enunciado da questão é evidente ao requer resposta sobre a participação popular no âmbito do poder judiciário, o que não deixa espaço para outras interpretações.

Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 24:

PARECER: A questão foi elaborada em plena consonância com o conteúdo programático "controle social". Recurso indeferido. **Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 26:

PARECER: Recurso desprovido de fundamentação e mérito para análise e julgamento. Mas, é preciso esclarecer que a família anaparental é uma forma de organização familiar reconhecida pela doutrina jurídica e sociológica que se caracteriza pela ausência de ascendentes ou descendentes no núcleo familiar. Nesse modelo, os membros da família compartilham laços de convivência e solidariedade sem a figura de pais ou filhos, sendo composta, por exemplo, apenas por irmãos ou parentes colaterais que convivem em um mesmo lar.

No Brasil, o conceito de família foi ampliado para além do modelo tradicional (pai, mãe e filhos), especialmente com o reconhecimento da pluralidade das entidades familiares pela Constituição Federal de 1988 e pela evolução do Direito de Família. O artigo 226 da Constituição Federal estabelece que: "A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado." Este dispositivo não define um modelo único de família, permitindo o reconhecimento de diversas configurações familiares baseadas no afeto, solidariedade e convivência, em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e o objetivo fundamental de promover o bem de todos (art. 3º, IV). Embora o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) trate predominantemente da família conjugal (união matrimonial ou união estável) e parental (pais e filhos), a doutrina e jurisprudência têm estendido o conceito de família para abranger relações baseadas na afetividade e no acolhimento mútuo, como ocorre nas famílias anaparentais. Os tribunais brasileiros têm reconhecido que a convivência harmônica, estável e solidária entre pessoas unidas por laços colaterais, como irmãos, pode ser juridicamente protegida como família. A família anaparental, nesse contexto, recebe a tutela estatal para garantir os direitos fundamentais de seus membros, como moradia, benefícios previdenciários e direitos sucessórios.

Diante de tudo exposto, o recurso indeferido. **Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 27:

PARECER: Recurso desprovido de fundamentação e mérito para análise e julgamento.

A concepção de força dirigente no interior do bloco no poder foi constituída por Nicos Poulantzas (2019) e tomada por Armando Boito Jr (2018) para análise das estruturas brasileiras. Um dado essencial dessa teoria que não fora observado pelo interpelante é que a categoria "bloco no poder" remete exclusivamente às classes dominantes. Os dominados não integram o bloco no poder. Operários, camponeses e os trabalhadores da massa marginal constituem-se como classes potenciais, divergentes, mas não são dominantes ou dirigentes. Diante do exposto, o recurso está indeferido. **Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado.**

Referências.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

A questão formulada está intrinsecamente vinculada ao conteúdo programático “Análise de conjuntura”. Quando à escolha de autor esclarece-se que trata-se este de um dos principais estudiosos sobre tal conteúdo, no âmbito da Ciência Política. Ora, são os cientistas que produzem a ciência. Todo conhecimento científico é fruto do esforço individual e coletivo de pesquisadores que se dedicaram aos mais variados objetos do conhecimento. Deste modo, tal como seria impensável falar da genética sem Mendel, não podemos pensar a análise e conjuntura sob o prisma da Ciência Política no Brasil sem o conhecimento da produção de Armando Boito Júnior.

A questão formulada está intrinsecamente vinculada ao conteúdo programático “Análise de conjuntura”. **Pleito indeferido. Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente publicado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 40:

PARECER: A questão formulada está intrinsecamente vinculada ao conteúdo programático “Política Nacional para integração de Pessoas Portadoras de Deficiência (Decreto Federal nº 32998 de 20/12/99)”. **Pleito indeferido. Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente publicado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: **CONTADOR/ TESOUREIRO**

NÍVEL SUPERIOR

QUESTÃO 23:

PARECER: O Sistema Patrimonial registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público. Ele é responsável por registrar bens móveis, imóveis, estoques, créditos, obrigações, valores, inscrição e baixa da dívida ativa, operações de créditos, superveniências e insubsistências ativas e passivas etc. Nele os lançamentos de incorporação ou desincorporação de ativos e passivos, são feitos e fechados no próprio sistema, mesmo que o fato venha a acarretar uma entrada ou saída de recurso (Sistema Financeiro).

Já o Sistema de Compensação trata de contas que registram, processam e evidenciam os atos de gestão que compreende as contas com funções específicas de controle, relacionadas com as situações não compreendidas no patrimônio.

Sendo assim, representado pelos atos praticados pela administração que não ensejaram registros nas contas patrimoniais, mas que potencialmente possam vir a afetar o patrimônio. Compreendem os atos do Sistema de Compensação: Avais, Acordos, Ajustes, Cauções, Fianças, Garantias, Contratos, Convênios etc. Como apontado no enunciado da questão.

A questão permanece conforme gabarito oficial.

Fonte: <http://consultormunicipal.adv.br/artigo/contabilidade-publica/sistema-de-contas/> Acesso em: 22 out. 2024.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 26:

PARECER: A alternativa C está incorreta pois a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. A alternativa D também está incorreta visto que, para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido.

Em contrapartida, a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo, como apontado na alternativa B. A questão se mantém conforme gabarito oficial.

Fonte: Resolução CFC nº. 1.282/10. Art. 7º, § 2º.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 27:

PARECER: O Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, referenciado na questão, detalhaos artigos 15 e 16 da LRF que apresentam as regras para a geração de despesa, exigindo que a criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da declaração do ordenador de despesa.

Define, portanto, que quando houver criação, expansão, aperfeiçoamento de ações governamentais que resultem no aumento de despesa, estas só podem ser instituídas se atendidos os seguintes requisitos:

- I. apresentação da estimativa do respectivo impacto orçamentário-financeiro para o exercício em vigor e para os dois seguintes, quando for o caso. Significa identificar os valores previstos para essas despesas nos orçamentos dos exercícios em que efetivamente for executada a despesa;
- II. declaração do ordenador de despesa indicando a existência de dotação orçamentária suficiente, ou seja, quando a despesa se iniciar no orçamento em curso, deverá identificar se há previsão de dotação para tal finalidade;

Diante do exposto, a alternativa D está incorreta por afirmar que não é preciso identificar se há previsão de dotação para tal finalidade.

A questão se mantém conforme gabarito oficial.

Fonte: Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 14ª edição Válido para o exercício de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf> Acesso em: 21 out. 2024.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 28:

PARECER: Em caso de natureza de receita não prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA, esta (a Receita) deverá ser identificada pela previsão atualizada, mantendo o campo de previsão inicial não preenchido. O enunciado está claro.

Portanto, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, a natureza de receita não prevista na LOA deverá ser identificada pela previsão atualizada, mantendo o campo de previsão inicial não preenchido e assim, a previsão inicial poderá ser atualizada para um valor total maior, em função:

1. de excesso de arrecadação (podendo ocorrer ou não remanejamento entre as naturezas de receita);
2. de instituição de uma receita posterior à publicação da LOA. (Este conforme apontado na alternativa B).

Com relação a alternativa A: a previsão inicial poderá ser atualizada, eventualmente, para um valor total menor, em função da ocorrência de frustração de receita respaldada por alteração na LOA ou nas leis que a alterarem. Porém esta alternativa diz: "para um valor total menor, em função de excesso de arrecadação (...)". O excesso de arrecadação gera uma atualização para um valor total maior e não menor, como aponta a alternativa A.

A questão se mantém conforme gabarito oficial.

Fonte: Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 14ª edição Válido para o exercício de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf> Acesso em: 21 out. 2024.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 14ª edição, válido para o exercício de 2024 (p. 55) em caso de natureza de receita não prevista na LOA, a sua previsão inicial deverá ser identificada pela coluna PREVISÃO ATUALIZADA e a coluna PREVISÃO INICIAL não deverá ser preenchida. Desse modo, a previsão inicial poderá ser atualizada:

i. para um valor total maior, em função de excesso de arrecadação (podendo ocorrer ou não remanejamento entre as naturezas de receita) ou de instituição de uma receita posterior à publicação da LOA;

ii. para um mesmo valor total, caso em que ocorrerão apenas acréscimos ou reduções no detalhamento das respectivas classificações, em função dos remanejamentos efetuados.

iii. eventualmente, para um valor total menor, em função da ocorrência de frustração de receita respaldada por alteração na LOA ou nas leis que a alterarem. A questão se mantém conforme gabarito oficial.

Fonte: Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 14ª edição Válido para o exercício de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf> Acesso em: 21 out. 2024.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 29:

PARECER: Há autores que consideram evidenciação como uma convenção contábil, as Convenções são conceitos que servem como um guia para o profissional da área contábil, normatizando padrões de conduta na hora de escriturar os fatos contábeis, conforme descrito no enunciado. Além do que, objetividade, conservadorismo e materialidade são considerados por todos os autores.

As demais alternativas apresentam conceitos distintos do referido enunciado da questão, tornando-as incorretas.

Princípios são a padronização das técnicas a serem seguidas na contabilização dos fatos contábeis.

Teoria é definida por órgãos regulamentadores, como o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e o CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Postulados são comumente chamados de "Pilares da Contabilidade", por serem a base de toda a teoria contábil.

Estudo é a análise, interpretação e registro das operações financeiras e patrimoniais de uma empresa.

A questão se mantém conforme gabarito oficial.

Fontes:

https://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/teoria_da_contabilidade.htm

Acesso em: 20 out. 2024.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 30:

PARECER: A função de definir as regras para a elaboração e execução do orçamento do ano seguinte, incluir metas e prioridades para a administração pública no ano, estabelecer diretrizes e metas de política fiscal, entre outros assuntos é de responsabilidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, esta tem o papel de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA. A LDO, partir do que está estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, também aborda outros temas como, por exemplo, metas e riscos fiscais, equilíbrio de receitas e despesas.

Já a Lei Orçamentária Anual – LOA, apresenta a programação dos gastos governamentais, bem como a previsão das receitas para custear esses gastos. Trata-se de um único documento, constituído por três partes: o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

A questão se mantém conforme gabarito oficial.

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento> Acesso em: 20 out. 2024.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 34:

PARECER: A Lei de Propriedade Industrial, dispõe em seu Art. 5º que devem ser considerados bens móveis, para os efeitos legais, todos os direitos de propriedade. As marcas podem ser vendidas, licenciadas e até mesmo herdadas, assim também como as Patentes, Desenhos Industriais e demais direitos de propriedade industrial. Os bens móveis são aqueles que, sem deterioração na substância ou forma, podem ser levados de um lugar para o outro. Os direitos de propriedade industrial não são bens móveis por natureza própria, eles são um exemplo de bens móveis por determinação legal.

No caso de pessoas jurídicas, após a avaliação, o valor desse patrimônio pode ser incorporado ao seu capital social. Ao registrar uma marca ou uma patente, mais que uma vantagem competitiva, adquire-se um patrimônio.

A questão se mantém conforme gabarito oficial.

Fontes:

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.

<https://saopaulomarcaspatentes.com.br/as-marcas-podem-ser-vendidas-doadas-licenciadas-e-ate-mesmo-herdadas/> Acesso em: 22 out.2024

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 35:

PARECER: O enunciado da questão afirma que depreciação, amortização e exaustão têm como objetivo reduzir os valores dos ativos e se diferenciam basicamente pelos tipos patrimoniais que receberão a redução. As alternativas apresentam tipos patrimoniais responsáveis por essas reduções, sendo que no enunciado da questão pede para marcar a alternativa que se refere à exaustão.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (p. 223), Exaustão é a redução do valor, decorrente da exploração dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis. Ou seja, a redução do valor de bens necessários à exploração de recursos naturais esgotáveis. Como por exemplo, bens que sofrem os efeitos da exaustão, tais como: Florestas; Jazidas de metais (ferro, ouro, alumínio, etc.); Jazidas de rochas.

A alternativa D refere-se à amortização que, de acordo com o mesmo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (p. 243), é a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil. Ou seja, o custo da divisão de um bem intangível, que ocorre durante o período em que os benefícios deste ativo dura.

Ainda de acordo com o MCASP a depreciação trata da redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência e a amortização é a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil.

A questão se mantém conforme gabarito oficial.

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 10ª edição. Publicado em Dezembro 2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26> Acesso em: 21 out. 2024.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 36:

PARECER: A questão justifica-se pelo assunto "Demonstração do Resultado do Exercício" contido no conteúdo programático, apontado para o cargo de CONTADOR/TESOUREIRO.

O Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE traz todas as contas relacionadas ao resultado de uma empresa. Através dos valores do DRE, é possível definir qual é a:

- Margem Líquida da empresa
- Margem Bruta
- Margem EBITDA

O EBITDA, que significa "Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização", é um indicador financeiro amplamente utilizado para avaliar o desempenho operacional.

Ele é fator determinante em uma operação de Fusões e Aquisições, determinando se o valor ofertado, é condizente, a partir do EBITDA apresentado e comprovado.

Este indicador exclui os efeitos de decisões financeiras, impostos, e custos fiscais não financeiros, como a depreciação e amortização, proporcionando uma visão mais clara do potencial de geração de lucro das operações principais da empresa seja ela pública ou privada.

A margem EBITDA é calculada da seguinte forma:

$$\text{EBITDA/Receita Líquida} = \text{Margem EBITDA}$$

A questão apresenta todas as informações necessárias para o cálculo da margem EBITDA solicitada no enunciado.

Antes de descobrir qual é a margem EBITDA é preciso descobrir o EBITDA da empresa. Para alcançar esse indicador, deve ser feito o seguinte cálculo:

$$\text{Ebitda} = \text{Resultado Líquido} + \text{Juros} + \text{Impostos} + \text{Depreciação} + \text{Amortização}$$

Assim, a margem EBITDA é calculada da seguinte forma:

$$\text{EBITDA/Receita Líquida} = \text{Margem EBITDA}$$

A questão se mantém conforme gabarito oficial.

Fonte: <https://blog.leverpro.com.br/post/ebitda-o-que-e> Acesso em: 20 out. 2024.

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: **ENGENHEIRO CIVIL**

NÍVEL SUPERIOR

QUESTÃO 21:

PARECER: Inexiste erro material que impossibilite a compreensão do enunciado e a identificação da alternativa correta. Portanto, **a questão e o gabarito preliminarmente divulgados devem ser mantidos. Recurso indeferido.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 22:

PARECER: Inexiste erro material que impossibilite a compreensão do enunciado e a identificação da alternativa correta. Portanto, **a questão e o gabarito preliminarmente divulgados devem ser mantidos. Recurso indeferido.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 23:

PARECER: O gabarito preliminar divulgado está correto, pois, a menor dimensão é a base, vista pelo próprio desenho. Portanto, **a questão e o gabarito preliminarmente divulgados devem ser mantidos. Recurso indeferido.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 26:

PARECER: O gabarito preliminar divulgado está correto, pois, a altura seria 1,33m, onde seria encontrada pela tg 53°), vista pelo próprio desenho. Portanto, **a questão e o gabarito preliminarmente divulgados devem ser mantidos. Recurso indeferido.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 31:

PARECER: O gabarito preliminar divulgado está correto, pois, o número de equações da estática é superior ao número de incógnitas, onde isso ocorre com vigas hiperestáticas. Portanto, **a questão e o gabarito preliminarmente divulgados devem ser mantidos. Recurso indeferido.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 39:

PARECER: A questão deve ser anulada devido a identificação de erro material, através do qual não há questão que possa ser qualificada como correta. Recurso deferido.

RECURSO DEFERIDO. QUESTÃO ANULADA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: NUTRICIONISTA

NÍVEL SUPERIOR

QUESTÃO 21:

PARECER: Recurso desprovido de fundamentação e análise para julgamento de mérito. **Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 23:

PARECER: Recurso desprovido de fundamentação e análise para julgamento de mérito. **Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 29:

PARECER: Ao contrário do que afirma o interpelante, a alternativa (C) Presença de lactose na dieta não pode ser considerada um fator que não influencia diretamente a biodisponibilidade do cálcio, pois, de fato, a presença de lactose pode, sim, afetar a absorção do cálcio de forma positiva, especialmente em indivíduos que consomem laticínios.

A lactose, o açúcar encontrado no leite e nos derivados, tem um efeito positivo na absorção de cálcio. Ela aumenta a solubilidade do cálcio no trato gastrointestinal, o que favorece sua absorção. Esse efeito ocorre porque a lactose, ao ser metabolizada no intestino, gera ácidos graxos de cadeia curta, como o ácido butírico, que ajudam a dissolver o cálcio e melhorar sua absorção.

Davies (2010) destaca que a ingestão de laticínios que contêm lactose pode promover uma maior absorção de cálcio, especialmente em indivíduos que têm uma dieta predominantemente baixa em cálcio. Além disso, a lactose também pode atuar na mobilização do cálcio para os ossos, melhorando a eficiência do processo de mineralização óssea.

Um estudo de Lönnerdal (2003) publicado no *American Journal of Clinical Nutrition* conclui que a presença de lactose nos laticínios pode aumentar a biodisponibilidade do cálcio e melhorar a eficiência de sua absorção no intestino. Esse efeito parece ser particularmente importante em populações com baixa ingestão de cálcio, como as dietas não fortificadas ou aquelas com uma ingestão insuficiente de outros alimentos ricos em cálcio.

Em outro estudo de Gallaher et al. (2014), demonstrou-se que a lactose, como parte da matriz do leite, também poderia afetar o cálcio de forma benéfica, possivelmente devido à forma de cálcio que se encontra no leite, que é mais biodisponível em comparação com outros tipos de alimentos que não contêm lactose ou que contêm antinutrientes que dificultam a absorção.

Em indivíduos com intolerância à lactose, o consumo de lactose pode levar a problemas gastrointestinais, o que pode afetar a absorção de cálcio. No entanto, isso não significa que a lactose, em si, seja prejudicial à absorção de cálcio. Na verdade, em indivíduos não intolerantes, a lactose contribui para a maior biodisponibilidade do cálcio, especialmente através da ingestão de laticínios.

Portanto, a presença de lactose na dieta pode, SIM, influenciar positivamente a biodisponibilidade do cálcio, especialmente em pessoas que consomem laticínios. Portanto, a alternativa (C) não pode ser a resposta correta para a pergunta sobre o fator que NÃO influencia diretamente a biodisponibilidade do cálcio. A lactose, ao contrário, tem um efeito positivo e é um fator importante no aumento da absorção de cálcio, o que desqualifica a opção como correta.

Diante de tudo exposto, o recurso está indeferido. **Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 30:

PARECER: O interpelante solicita que esta comissão impugne a alternativa de letra “d”. Ora, este é um distrator, ou seja, a alternativa é em sua origem e por intencionalidade errada. Não o que se discutir sobre o erro desta alternativa, tanto que ela não foi, em momento algum, considerada no gabarito como alternativa verdadeira. Por isso, o recurso está indeferido. **Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado.**

QUESTÃO 31:

PARECER: As organizações de saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a American Heart Association (AHA) e a Sociedade Brasileira de Cardiologia, recomendam que a ingestão de gorduras saturadas seja limitada a menos de 10% do valor energético total diário. No entanto, uma meta mais ambiciosa de 7% ou menos é frequentemente sugerida para maximizar os benefícios à saúde cardiovascular. Limitar o consumo de gorduras saturadas a 30% do valor energético total ainda está acima das recomendações de várias entidades, mas é uma maneira de enfatizar a necessidade de moderação no consumo dessas gorduras. Um consumo elevado pode levar ao excesso calórico e ao consequente ganho de peso, aumentando ainda mais os riscos de diversas doenças.

Diante de tudo exposto, o recurso indeferido. **Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 32:

PARECER: A alternativa B não pode ser considerada correta pois não existe, do ponto de vista científico, o nome “Salmonella bacillux”.

Diferente do que tenta argumentar o interpelante, a *Campylobacter jejuni* é amplamente reconhecida como uma das principais causadoras de surtos de intoxicação alimentar, especialmente relacionada ao consumo de carnes malcozidas, particularmente aves, como o frango. Para fundamentar essa afirmação, vamos recorrer a algumas fontes confiáveis da literatura científica e de órgãos de saúde.

A *Campylobacter jejuni* é uma bactéria gram-negativa, espiralada, que habita o trato intestinal de aves, especialmente de frangos, e outros animais de sangue quente. Ela é uma das principais causas de gastroenterite bacteriana no mundo, com surtos frequentemente associados ao consumo de carne de aves malcozida.

O patógeno *Campylobacter jejuni* se destaca pela capacidade de colonizar o trato gastrointestinal de aves de maneira assintomática. A bactéria é transmitida principalmente por meio do consumo de alimentos contaminados (especialmente carne de frango) ou pela ingestão de água contaminada. A infecção por *Campylobacter* é frequentemente associada a sintomas como diarreia sanguinolenta, cólicas abdominais intensas, febre e, em casos mais graves, síndrome de Guillain-Barré, uma complicação neurológica rara. Esse quadro clínico é bem documentado por autores como Gorbach (2007) e Black et al. (2015),

que apontam a *Campylobacter jejuni* como uma das principais causas de infecções gastrointestinais.

Mather et al. (2016) realizaram um estudo que revelou que *Campylobacter jejuni* foi responsável por mais de 50% dos casos de intoxicação alimentar causados por carne de frango.

Além disso, a *US Centers for Disease Control and Prevention (CDC)* também corroborou que *Campylobacter* é uma das principais causas de infecção alimentar nos Estados Unidos, com a carne de frango sendo a principal fonte de contaminação.

Diante de tudo exposto, o recurso está inferido, visto que restou-se comprovada tanto a possibilidade de infecção quanto de intoxicação. **Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente divulgado. Recurso indeferido.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 34:

PARECER: A assertiva III, que afirma que o "potássio normal é necessário para regular a função cardíaca", é correta, pois o potássio desempenha um papel essencial na manutenção da função cardíaca e no equilíbrio eletrolítico do organismo. Vamos detalhar a justificativa com base em fundamentação teórica e em fontes confiáveis.

O potássio é um dos principais eletrólitos intracelulares, e sua concentração deve ser rigorosamente mantida dentro de limites estreitos para que as células, incluindo as do músculo cardíaco, funcionem adequadamente. Ele é crucial para o potencial de repouso celular, a transmissão do impulso nervoso, e a contração muscular, especialmente no coração.

Em particular, a concentração adequada de potássio é fundamental para a excitação e condução elétrica do coração, que dependem dos gradientes de potássio entre o interior e o exterior das células. A alteração desses gradientes pode levar a arritmias cardíacas, que podem ser fatais se não tratadas corretamente.

De acordo com o *American Heart Association (AHA)*, tanto a hipocalemia (nível baixo de potássio no sangue) quanto a hipercalemia (nível elevado de potássio) podem alterar a função elétrica do coração, provocando arritmias cardíacas, incluindo fibrilação ventricular e arritmias fatais. Em um estudo de *Harrison's Principles of Internal Medicine (2018)*, é explicitado que o potássio exerce um efeito direto na atividade elétrica do coração, sendo responsável pela manutenção do potencial de ação cardíaco e pela condução do impulso elétrico.

Em pacientes com insuficiência renal crônica, o equilíbrio de potássio pode ser especialmente difícil de controlar devido à diminuição da função renal, que compromete a excreção do potássio pelos rins. O *American Kidney Fund (2020)* recomenda que em indivíduos com insuficiência renal, o monitoramento de potássio

seja feito rigorosamente, uma vez que a função renal prejudicada pode levar à hipercalemia, o que pode ser fatal se não tratado adequadamente.

A Academia Americana de Nutrição e Dietética (2020) enfatiza a importância de manter níveis normais de potássio na dieta para promover a saúde cardiovascular, especialmente em pacientes com doenças renais. A dieta deve ser balanceada para evitar excessos ou deficiências de potássio, uma vez que essas condições podem ter efeitos prejudiciais na função cardíaca.

Conclui-se, portanto, que a assertiva III está correta, pois o potássio desempenha papel fundamental na manutenção da função cardíaca e sua normalidade é essencial para prevenir complicações como arritmias cardíacas. Essa ideia é amplamente fundamentada em fontes teóricas e práticas confiáveis, que destacam a importância do potássio para o funcionamento adequado do coração e o monitoramento de seus níveis em condições clínicas, como na insuficiência renal crônica. Diante de tudo exposto, o pleito está indeferido.

É verdade que a hipertensão não ocorre em todos os pacientes com insuficiência renal crônica (IRC). Entretanto, é um sintoma comum e frequente nesses pacientes devido ao acúmulo de líquidos e a dificuldade renal em excretar sódio, o que aumenta a pressão arterial. De acordo com o *KidneyDisease: Improving Global Outcomes (KDIGO)*, a hipertensão é observada em uma grande parte dos pacientes com IRC e está intimamente relacionada à progressão da doença renal.

A hipertensão é, portanto, uma possível consequência e não uma condição universal entre todos os indivíduos com insuficiência renal crônica. Mesmo que nem todos os pacientes com IRC apresentem hipertensão, a restrição de sódio é uma medida padrão recomendada em protocolos dietéticos para pacientes com doença renal, visando evitar sobrecarregar os rins e controlar a pressão arterial quando presente.

Portanto, a ausência de uma menção explícita sobre hipertensão no enunciado não invalida a importância da restrição de sódio, que é uma recomendação válida para pacientes com insuficiência renal crônica, independentemente da presença ou não de hipertensão. A afirmativa IV está correta porque a restrição de fósforo e sódio é, de fato, recomendada em pacientes com insuficiência renal crônica para controlar a hiperfosfatemia e a hipertensão, que são condições frequentemente associadas a essa doença. Embora nem todos os pacientes com insuficiência renal crônica apresentem hipertensão, a restrição de sódio é uma recomendação dietética padrão para evitar sobrecarga nos rins e controle da pressão arterial, o que não compromete a validade da afirmação.

Portanto, os argumentos apresentados contra a assertiva IV não são suficientes para invalidá-la, pois a restrição de sódio e fósforo é uma prática validada por protocolos clínicos e evidências científicas. **Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente publicado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 35:

PARECER: A questão foi elaborada em plena consonância com o conteúdo programático “leis de alimentação”. **Pleito indeferido. Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente publicado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.

QUESTÃO 40:

PARECER: Inexiste possibilidade de julgamento de mérito do recurso diante da falta de pleito específico.

A questão foi elaborada em absoluta consonância com o seguinte conteúdo programático do edital: “Segurança Alimentar”.

O interpelante aponto uma suposta incoerência devido a uso de uma vírgula, mas toda a questão está irretocável do ponto de vista a língua portuguesa, não havendo margem para dificultar ou impossibilitar o seu entendimento. Inclusive, o trecho a que o interpelante se refere é extraído de uma bora específica, pertencente a uma respeitada editora brasileira, que é formada por conselho edital para garantir a revisão e a qualidade dos textos **Pleito indeferido. Mantenha-se, pois, a questão e o seu gabarito preliminarmente publicado.**

RECURSO INDEFERIDO. GABARITO MANTIDO.